

Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo*

Diogo da Silva Roiz**

Resumo:

O objetivo deste artigo é demonstrar como Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo preocuparam-se em elaborar “discursos fundadores”, por meio de “pronunciamentos” e “discursos” efetuados em momentos de consagração da instituição, em que eram convidados a participar, com vistas a definir os principais momentos e “atores sociais” que vieram a participar da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Esses discursos, em parte, fixados na “memória coletiva” serviram, muitas vezes, de base para indicar formas de como se deveria escrever a(s) história(s) da USP. Indica-se, ainda, que, em muitos casos, tais discursos eram criticados, e às vezes até refeitos, por outros “atores sociais” do período, que, direta ou indiretamente, também haviam participado da criação da universidade.

Palavras-chave:

memória coletiva; discurso fundador; formação profissional; Faculdade de Filosofia.

* Gostaria aqui de agradecer ao professor doutor Ivan Aparecido Manoel, à professora doutora Márcia Regina Capelari Naxara, ao professor doutor José Luís Sanfelice, ao professor doutor Jean Marcel Carvalho França, ao professor doutor Nelson Schapochnik e ao professor doutor Jonas Rafael dos Santos, pelas sugestões e críticas, que dentro do possível foram incorporadas a essa versão do texto. Uma versão deste texto foi apresentada no XVI Encontro Regional de História, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. O texto é resultado parcial da pesquisa em desenvolvimento: “O ofício de historiador na Universidade de São Paulo: entre o ‘autodidatismo’ e a profissionalização do trabalho intelectual de história (1934-1968)”.

** Professor do Departamento de História nos cursos de história e de ciências sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai.

From the “founding speeches” to the creation of a “collective memory”: forms of writing the history(ies) of the University of São Paulo

Diogo da Silva Roiz

Abstract:

The purpose of this article is to show how Julio de Mesquita Filho and Fernando de Azevedo worried about to prepare “founding speeches”, through “pronouncements” and “speeches” effectuated at moments of consecration of the institution, which were invited to participate, in order to define the principal moments and “social actors” that participate of the Universtity of Sao Paulo’s creation, in 1934. These speeches, in part, fixed on the “collective memory”, helped, many times, of basis to indicate the form of how to writing the history(ies) of the University of São Paulo. It indicates, that, in many cases, such speeches were criticized, and sometimes even remade, by another “social actors” of the period, which directly or indirectly, they had participated of the creation of the university.

Keywords:

coletive memory; discourse; professional; Philosophy College.

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar como Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) e Fernando de Azevedo (1894-1974) preocuparam-se em elaborar “discursos fundadores”, com vistas a definir os principais momentos e “atores sociais” que vieram a participar da criação da Universidade de São Paulo (USP). Para efetuar tal empreendimento, utilizaram-se, principalmente, cerimoniais de formatura e comemorações da instituição, que eram corriqueiramente convidados, em que orações de paraninfos de turma, palestras e conferências vieram a servir diretamente para a formulação e manutenção de uma “memória coletiva”¹ entre alunos e professores da universidade, por meio da repetição. De modo que esses discursos, em parte, fixados na “memória coletiva”, serviram, muitas vezes, de base para indicar formas de como se deveria escrever a(s) história(s) da USP. Evidentemente, como se mostrará no decorrer do texto, tais discursos, embora fundadores de uma “tradição inventada”, para incutirem, via repetição, uma “memória coletiva” sobre a criação da instituição, entrava diretamente em choque com leituras e interpretações (distintas) de outros “atores sociais” que participaram, direta ou indiretamente, da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Tais histórias associavam a trajetória do estado de São Paulo, a experiência histórica da Alemanha do final do século XVIII e da França pós-1870, como ocorrera com os protagonistas que escreveram o projeto piloto de criação da universidade, a exemplo de Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho; ou então, voltavam-se para a história do bandeirantismo paulista, de modo que indicassem o pioneirismo de São Paulo, como justificativa histórica para a sua recuperação após 1930, a

-
1. Para Maurice Halbwachs, a “memória coletiva” resultaria de um quadro histórico de uma época, porque é uma construção social que dá sentido a identidade de um grupo de pessoas. Ao mesmo tempo em que estariam limitadas as circunstâncias sociais dessa época. Por isso entenderiam aquela história rememorada como “real”. Esses atores sociais, por isso, seriam resultados e resultantes daquela atmosfera psicológica que construiu suas personalidades individuais (Halbwachs, 1990).

exemplo de Afonso D’Escragno Taunay (1876-1958) e Alfredo Ellis Júnior (1896-1974). No primeiro caso, defendia-se a vinda de profissionais estrangeiros como um dos critérios para a formação de professores para o ensino “secundário” e de especialistas para o ensino superior, no segundo caso, se era contrário a tal justificativa, associando-se a necessidade de aproveitar os “autodidatas” do estado e do país (Carelli, 1994; Bontempi Jr., 2001; Ferreira, 2002; Araujo, 2006; Roiz, 2007). Portanto, é sobre essa questão que o texto irá se deter mais pausadamente. Assim, levanta-se, no artigo, a possibilidade de fabricação de uma imagem, entre as décadas de 1930 e 1950, sobre a criação da USP, que viria a se constituir como uma tradição. Destarte, conforme havia dito Eric Hobsbawm, na introdução do livro *A invenção das tradições*, “muitas vezes ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. Assim:

[...] por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...]. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória [Hobsbawm & Ranger, 1997, pp. 9-10].

Para este, a “invenção de uma tradição”, que envolve a elaboração de práticas e de um “relato fundador” que se repita no tempo, ocorre, fundamentalmente, quando os “atores sociais” que fazem parte desse relato fundador deixam de desempenhar as suas funções. Quanto a esse aspecto, tanto Júlio de Mesquita Filho, quanto Fernando de Azevedo, em suas falas, viam na figura de Armando de Salles Oliveira (1887-1945) a

base para o sucesso do projeto de criação de uma universidade no Estado de São Paulo nos anos iniciais da década de 1930. Em contrapartida, de acordo com Ângela Alonso:

É da natureza dos movimentos intelectuais e políticos inventarem rótulos de identidade, como estratégia de diferenciação, bem como uma tradição, um panteão de heróis e obras de legitimação de suas posições, especialmente em períodos de mudança social [Alonso, 2002, p. 32].

Portanto, os movimentos intelectuais e políticos, no Brasil, desde o século XIX, pelo menos, procuraram construir as suas tradições, por meio de um repertório discursivo que os diferenciavam de outros grupos, ao mesmo tempo em que delineavam uma pretendida originalidade teórica e prática, com obras e manifestos de fundação elaborados por seus “atores sociais” originários (Alonso, 2002). Ou ainda, a faziam retrospectivamente, como forma de definir campos de atuação, a partir da ação dos fundadores do movimento e das obras e autores a ele vinculados, com os quais se preocupavam em situar objetivos paralelos, na medida em que se definia uma “identidade em comum” (Ferreira, 2002).

No caso específico da fundação da USP, como se verá, ambas as possibilidades se mesclavam, por se tratar de um movimento em que os atores sociais que deram origem as primeiras iniciativas para sua criação, atuaram em momentos emblemáticos da instituição (como comemorações, rituais de consagração, aulas e orientações de pesquisas), formando nas primeiras turmas dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “laços de continuidade”². Muitas vezes, os alunos que prosseguiram na

2. Bontempi Jr. (2001) observou questão similar ao analisar o tema. Sua preocupação, fundamental, estava em demonstrar o contexto no qual surgiu a cadeira de história e filosofia da educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, entre as décadas de 1940 e 1960, por meio da análise pormenorizada da trajetória de Laerte Ramos de Carvalho, que a regeu durante vários anos. Principalmente, por que esse teria elaborado “aquele que é considerado o primeiro projeto acadêmico de escrita da história da educação brasileira”, nas palavras do autor. E quanto a esse aspecto, qual foi a sua contribuição para a história da historiografia da educação no Brasil. Nossa

Faculdade de Filosofia, como assistentes nas cátedras, mantinham uma tradição intelectual: ou por manutenção dos ideais dos fundadores, ou por discordância as suas iniciativas (Gomes, 1999). Assim, para delimitar melhor a exposição nos pautaremos nos seguintes pontos: a) como foi interpretada a criação da universidade; b) quem foram os “atores sociais” que participaram do empreendimento; c) e quais os objetivos principais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esses três pontos estiveram nos pronunciamentos e discursos aqui analisados.

É comum a constatação de que a história da criação das universidades brasileiras, e por extensão do ensino universitário, ainda ser um tema pouco investigado na historiografia nacional³. Embora muitos estudos achem as diferenças estaduais quanto à implantação de universidades no Brasil, a partir da década de 1920, constituindo-se em importante referência para pesquisadores, revelam-se insuficientes no que diz respeito à fundação de várias universidades, ao desenvolvimento de cursos, programas de ensino e pesquisa e ao formato curricular das “novas” áreas que foram criadas nos anos de 1930 (Cunha, 1975, 1986, 1989; Falcon, 1996; Roiz, 2004, 2007). A importância deste estudo justifica-se, portanto, por procurar delinear melhor a forma de como foram elaborados os primeiros relatos sobre a criação da USP, e que, em muitos casos, serviram de base para a escrita de algumas de suas histórias⁴.

preocupação, por outro lado, esteve mais em demarcar diferentes modos de “escrita da história” sobre a universidade, que direta ou indiretamente, eram “influenciados” pela “memória coletiva” elaborada sobre a instituição. Que, em geral, esbarrava-se perante as críticas de “atores sociais” contrários a maneira como o projeto havia sido colocado em “prática”, com a criação da instituição em 1934.

3. Nas últimas duas décadas a bibliografia sobre a história das universidades e dos cursos universitários no Brasil vem se apresentando de forma mais expressiva, a exemplo de trabalhos como: Miceli (1989, 1995, 2001) e Schwartzman (1979, 1982).
4. A construção dessa “memória coletiva” foi também ensejada por uma parte dos intérpretes da história da instituição. Ernesto de Souza Campos ao procurar historiar o processo de construção da USP procurou desenvolver os caminhos percorridos pela intelectualidade paulista. Diferente de sua oração como paraninfo da turma de 1938, aqui o autor demonstrava a participação do grupo de *O Estado de S. Paulo* e de Fernando de Azevedo, e o grupo da Escola Nova (Campos, 1954). Heládio Antunha em sua tese de livre docência sobre a história da universidade procurava historiar os caminhos

Os principais informes compulsados nesta pesquisa foram os *Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* da USP, produzidos entre as décadas de 1930 e 1950. Na década de 1930, elaboraram-se três números referentes aos anos de: 1934-1935; 1936; 1937-1938. Neles apresentavam-se: reprodução total (às vezes parcial) dos discursos de paraninfos e oradores de cada turma de formandos da instituição; aulas inaugurais (proferidas pelo catedrático mais recente no início do ano letivo); os programas de disciplinas de cada um dos cursos das subseções (com súmula de matéria da disciplina, em alguns casos acrescentada de bibliografia organizada pelo docente); listas de matrículas de alunos e listas de formandos entre os cursos; relatórios de cadeira, de onde os docentes avaliavam procedimentos didáticos, matéria e leituras; reprodução de atas das reuniões da congregação da Faculdade de Filosofia; súmula curricular de docentes contratados para os cursos e gráficos de orçamentos e gastos da faculdade. Na década de 1940 a produção dos anuários foi interrompida, principalmente, em função de problemas orçamentários. Foi nos anos iniciais da década de 1950, com a administração de Eurípides Simões de Paula (1910-1977), então diretor da Faculdade de Filosofia, que os anuários voltaram a ser produzidos. Na década de 1950 foram organizados mais quatro números: 1939-1949, 2 v.; 1950; 1951; 1952⁵. O formato foi similar aos daqueles

trilhados pela intelectualidade paulista para alcançarem a meta de construção de uma universidade no Estado (Antunha, 1974). Diferente desses, Simon Schwartzman, que não teve sua formação enraizada na USP, acabava também por concordar com as linhas gerais daquele relato que delineava a fundação e os objetivos da instituição, como uma forma de recuperar a hegemonia perdida pelo estado de São Paulo (Schwartzman, 1978). Nesse sentido, pode-se observar a força e os prolongamentos daquela “memória coletiva” construída sobre a instituição entre os anos de 1930 e 1950. Evidentemente esse relato já foi consideravelmente revisto pela historiografia, como discorrem os trabalhos de: Prado (1974), Cardoso (1982), Nadai (1987), Limongi (1988), Freitas (1993). Todavia, até aqui nenhum trabalho procurava historiar a construção daquele relato fundador sobre a história da instituição.

5. Na década de 1930 foram impressos três volumes: USP, FFCL. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*. São Paulo: Empreza Grafica da *Revista dos Tribunaes*, 1937; _____. *Anuário da FFCL, 1936*. São Paulo: Empreza Grafica da *Revista dos Tribunaes*, 1937; _____. *Anuário da FFCL, 1937-1938*. São Paulo: Empreza Grafica da *Revista dos Tribunaes*, 1939.

produzidos nos anos de 1930. Contudo, diminuiu-se a reprodução de atas e aumentou a de editais de concursos de cátedra e das legislações aprovadas pela Câmara dos Deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo para os cursos. Neste estudo detivemo-nos na análise e comparação dos discursos de paraninfos e oradores de cada turma de formandos da instituição (e de suas respectivas obras).

A escolha das fontes ocorreu principalmente por serem locais de reunião e organização do espaço de decisões do trabalho intelectual, tanto individual como coletivamente, em que posições são tomadas e propostas são criadas e, conseqüentemente, conhecidas e divulgadas⁶. A preocupação com o tempo em que foram produzidas as fontes, nesse sentido, resulta como uma das necessidades para se rastrear o tempo histórico no qual e pelo qual o historiador ordena e seleciona os acontecimentos. Por suas características próprias, existe o “tempo” em que houve a criação da USP e o estabelecimento institucional de suas delimitações; o “tempo” em que foi elaborado o seu “relato fundador”; o “tempo” da rememoração dos acontecimentos, a partir das formaturas e rituais de consagração, nos quais se procurava criar uma “memória coletiva” e o “tempo” de produção e publicação de livros e artigos sobre a história da instituição.

De acordo com vários autores, dentre os quais Sérgio Miceli (2001), formar-se-ia a partir da Primeira República (1889-1930), as condições

Na década de 1950 foram publicados outros cinco volumes: USP, FFCL. *Anuário da FFCL, 1939-1949*. São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2 v.; _____. *Anuário da FFCL, 1950*. São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952; _____. *Anuário da FFCL, 1951*. São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953; _____. *Anuário da FFCL, 1952*. São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

6. Bruno Bontempi Jr., em sua tese de doutorado (2001, pp. 31-76), já havia trabalhado com as mesmas fontes e historiado de modo consistente parte do processo histórico que desencadeou a produção de uma “memória coletiva” sobre a USP. Procurou-se, com esse texto, avançar em alguns pontos daquele “relato fundador”, mas sem com isso deixar de observar a importante contribuição efetuada por Bontempi Jr. para o tema.

básicas necessárias ao desenvolvimento de um “campo intelectual”⁷ no Brasil, no qual a crítica especializada, a impressão sequencial de livros e revistas especializadas, e a formação de intelectuais nos mais diversos campos do saber seriam o alicerce fundamental, a expansão dos debates e intercâmbios culturais, que marcariam em congressos, institutos e universidades os lugares sociais essenciais, às trocas de idéias e disputas pelo poder. Além disso, consistiria ainda do “campo intelectual” os rituais de consagração que se estenderiam aos momentos comemorativos da instituição, a defesas de dissertações e teses, a nomeações, a concursos e ao recebimento de títulos. O conceito de intelectual a ser utilizado nesta pesquisa restringe-se ao produtor de “bens simbólicos” (participante ou não na arena dos debates políticos), envolvendo-se essencialmente com a interpretação da realidade social e sendo um elaborador e divulgador de “visões de mundo” (Gomes, 1996, pp. 38-39).

Os locais ou espaços de sociabilidade⁸ que se formavam na USP, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e no interior de cada curso

-
7. Para Pierre Bourdieu o campo é o espaço de disposição e de diferenciação dos grupos sociais. Nele se avaliariam as formas de enfrentamento e disputas pelo poder. O campo possuiria um grau de autonomia relativa com relação ao espaço exterior, mas não se fecharia sobre si, porque não deixaria de analisar condicionantes e disposições externas. Apesar de seu grau de autonomia relativa, o campo depende das disposições de lucro, preço, venda, determinações políticas, no espaço social. No campo intelectual, tudo que o envolve formariam ritos de consagração. Para ele, o campo científico “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (Bourdieu, 1983, pp. 122-123).
 8. Para Ângela de Castro Gomes, as redes de sociabilidade tratariam de idéias defendidas por grupos e distinguiriam as próprias posições que os atores sociais ocupariam no interior do grupo. Elas se formariam a partir de interesses comuns entre as pessoas que compõe o grupo, ou que estão nos seus arredores (Gomes, 1999). De modo que, os espaços de sociabilidades devem ser vistos num duplo sentido, como locais de produção e como espaços de trocas ocorridas nestes locais. Para Jean-François Sirinelli “a palavra sociabilidade reveste-se, de uma dupla acepção, ao

caracterizavam os laços de amizade, as escolhas políticas e as predisposições teóricas e práticas de cada um dos professores e alunos da instituição (Trigo, 1997; Cerdeira, 2001). Teresa Malatian (2001, pp. 20-21) notou que o conceito de “colégio invisível” empregado por Raquel Glezer se mostra útil para a compreensão do conceito de espaço de sociabilidade, porque o colégio consiste em um:

[...] grupo de pessoas, em cada ramo do conhecimento [...] razoavelmente bem relacionadas entre si, encontrando-se em conferências, permutando publicações e colaborando em instituições de pesquisa. Constituem um grupo de poder, em níveis locais e nacionais, controlando instituições, prestígio pessoal, destino de novas idéias e orientação para abordagem de novas áreas [Glezer, 1976, p. 22].

Desse modo, definindo-se como órgão de formação de professores para o ensino “secundário” e de pesquisadores profissionais para o ensino superior, versados em áreas específicas do conhecimento, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituía-se como a principal instituição da USP, criada em 1934, segundo parte de seus fundadores⁹.

Nesse sentido, a hipótese que acompanha esta análise é que se procurava elaborar um discurso específico sobre a fundação da instituição, principalmente por parte do grupo que a organizou, dispondo-o

mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclimas’ que caracterizam um microcosmo intelectual particular” (Sirinelli, 1996, pp. 252-253) variando, naturalmente, de acordo com o grupo ou a época estudada. No sentido conferido pelo autor, o espaço de sociabilidade representaria simultaneamente as estruturas institucionais e as redes organizacionais derivadas das relações dos intelectuais naqueles locais específicos. Assim, os espaços de sociabilidade corresponderiam a locais geograficamente situados e a relações afetivamente construídas pelos “pares”.

9. Dentre os quais: Azevedo (1963, 1971) e Mesquita Filho (1969). Para uma análise do contexto social em que essas idéias foram pensadas e implantadas ver: Mate (2002) e Rocha (2004). Para uma análise detalhada a respeito do movimento da Escola Nova ver: Cunha (1992). Para uma análise de *O Estado de S. Paulo* nesse período ver: Prado (1974). E para um estudo a respeito das discussões do grupo “d’O Estado” com o grupo “da Escola Nova” ver: Cardoso (1982) e Limongi (1988).

em momentos comemorativos (como formaturas, aulas inaugurais e conferências), e almejando-se estabelecer uma “memória coletiva” sobre os acontecimentos que viabilizaram a fundação da universidade. Embora a forma de recepção daquele discurso fosse variada entre alunos e professores, procuraremos mostrar que, entre os anos de 1930 e 1950, tentava-se viabilizá-lo para diferenciar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP¹⁰ de instituições similares criadas no período, como a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933 (Limongi, 1989). Procuravam também definir uma identidade para a instituição, no interior da universidade. Indica-se que a justificativa para tais propostas decorria, de um lado, do momento em que foi fundada a universidade, e de outro, da maneira como foram organizadas as faculdades. As faculdades que fizeram parte da organização institucional, representada na forma da USP, já contavam com uma história particular, porque foram criadas separadamente, no século XIX, para a formação de profissionais em áreas “práticas” – como a medicina, a engenharia e o direito¹¹.

Dos projetos de fundação à criação da USP

A história do ensino universitário brasileiro tem demonstrado que iniciativas para a criação de faculdades e universidades no país – com exceção do projeto educacional dos jesuítas (Da Cás, 1996) – não foram anteriores a instalação da família real portuguesa em sua colônia, no ano de 1808¹². E, assim, seria do “conhecimento de todos que a educação superior foi instalada [...] de uma forma isolada e desarticulada dos níveis e graus, como decorrência da necessidade de formação de quadros”

10. De agora em diante, salvo exceções: Faculdade(s) de Filosofia; FFCL; USP; ou FFCL/USP.

11. Para mais detalhes sobre o tema ver: Campos (1954), Nadai (1987), Sawaia (1979), Adorno (1988), Balbachevsky (1996) e Barros (1959).

12. Entre os vários autores que discutiram o assunto ver, entre outros: Cunha (1986), Nadai (1987), Schwartzman (1979), Alonso (2002), Barros (1959), Coelho (1999), Haidar (1972) e Iglésias (2000).

(Nadai, 1983, p. 3). Embora pareça facilmente convincente esta interpretação, porque, evidentemente, representa uma análise cuidadosa sobre o assunto, na verdade acaba, senão por desconsiderar outros caminhos, no mínimo a reduzir a complexidade do processo.

O contexto social no qual foi criada a USP talvez seja representativo para justificar esse apontamento. Porque pensar a criação de uma universidade no estado de São Paulo esteve relacionado às discussões da Câmara dos Deputados e permaneceu na pauta de vários intelectuais, desde, pelo menos, o final do século XIX. A primeira tentativa de implantação de uma universidade, chamada Universidade de São Paulo, ocorreu nos anos de 1910, com caráter particular e não público. Por diversos motivos a iniciativa foi criticada e não se desenvolveu: faltavam alunos e em algumas cadeiras não havia professores (Nadai, 1987). Porque também, entre as décadas de 1930 e 1950, procurava-se ainda definir a identidade da instituição, criada em 1934, agora com caráter público. Evidentemente, muitas universidades foram criadas nesse período.

Em 1930 havia no país duas universidades em funcionamento: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 por decisão do governo federal, e a Universidade de Minas Gerais, formada em 1927, como realização do governo desse estado. Além delas, foram criadas mais três após a reforma de 1931: a Universidade do Rio Grande do Sul que obteve o seu reconhecimento em 1934; a Universidade de São Paulo (USP), formada em 1934, durante o governo de Armando de Salles Oliveira e a Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada por Anísio Teixeira em 1935, quando Pedro Ernesto era prefeito do Rio de Janeiro. Tanto na USP quanto na UDF, existia uma FFCL [Gomes, 2002, p. 421].

Mas o que nos interessa é demonstrar que os protagonistas participantes na criação da USP, para justificarem a fundação da instituição, procuraram cobrir toda a história nacional, com vistas a reconstituir o processo histórico, segundo seus próprios fins. Para alcançarem esses objetivos, entretanto, foram obrigados, inevitavelmente, a indicarem os momentos decisivos, em que projetos de criação de universidades foram

pensados no Brasil e as razões que promoviam a dissolução daquelas iniciativas. As formaturas foram, assim, momentos propícios para celebrarem a realização de um projeto e, com isso, se aproveitar à ocasião para formularem um “discurso fundador” sobre os acontecimentos, que dariam margem à execução das iniciativas que resultariam na criação de uma universidade no estado de São Paulo.

Quando, em 1934, foi criada a USP muito já se tinha discutido sobre o que era a universidade e qual a sua função. Para Francisco Campos (1891-1968), ainda no início dos anos de 1930, a universidade era entendida como uma “unidade administrativa e didática que reun[iria], sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata” (Campos, 1940, p. 60). O mesmo entendimento sobre a universidade era tido pelo grupo que se convencionou caracterizar como movimento por uma Escola Nova (Cunha, 1992). Diversos intelectuais participariam daquele grupo, dentre os quais, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira (1900-1971), M. B. Lourenço Filho (1897-1970), Roquette Pinto (1884-1954), Sampaio Dória (1923-1964), Paschoal Leme (1904-1997), Afrânio Peixoto (1876-1947) e o próprio Júlio de Mesquita Filho. Antes de serem organizadas as primeiras universidades no Brasil, alguns daqueles intelectuais participaram de importantes reformas no ensino. Sampaio Dória foi responsável pela reforma de 1920, em São Paulo. Lourenço Filho pela reforma de 1922 no Ceará. Fernando de Azevedo foi, ao lado de Paschoal Leme, que fazia parte de sua equipe, responsável pela reforma de 1927 no Distrito Federal¹³.

Embora seja Francisco Campos considerado adepto da Escola Nova, assim como outros pedagogos da década de [19]20, incluindo Fernando de Azevedo, e tendo realizado a reforma do ensino primário e normal em Minas Gerais [quando secretário do interventor no governo do estado, Antônio Carlos (1926-1930)], a partir desta postura pedagógica, isto não impede um

13. Para uma avaliação dessas reformas ver: Mate (2002) e Piletti (1982).

posicionamento político e ideológico, que guarda grandes diferenças com o “sistema de princípios” que preside o projeto da Comunhão [paulista do grupo ‘do Estado’]. É Francisco Campos defensor das instituições políticas vigentes na década de 20: defende, quando deputado federal [por Minas Gerais entre 1922 e 1926], o regime de estado de sítio, as medidas de exceção e repressão contra as manifestações militares de protesto às instituições vigentes; é opositor das manifestações tenentistas e do programa político de Assis Brasil. Coloca-se contra a autonomia dos municípios e dos estados e defende o fortalecimento do Poder Central. É contra o voto secreto, o sistema de partidos e os parlamentos, propondo a iniciativa e o monopólio da legislação pelo Poder Executivo [Cardoso, 1982, pp. 101-102].

Nos anos de 1930, o movimento diversificou sua ação, indo parte do grupo para gabinetes estaduais e federais, outra parte para escolas e institutos normais de formação de professores, e outros se dirigiram para iniciativas, que pretendiam construir universidades no país (Rocha, 1990, 2004). Anísio Teixeira foi um dos idealizadores da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, e Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo contribuiriam diretamente na fundação da USP, em 1934, quando Armando de Salles Oliveira era o interventor do estado.

Quando foi criada a instituição, segundo o decreto estadual n. 6.283 de 25 de janeiro de 1934, assinado por Armando de Salles Oliveira, aquela seria a “primeira universidade” criada sob o regime direcionado pelo “Decreto de 1931” (Cardoso, 1982, pp. 95-126), de Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde, no qual ressaltaria a compreensão exposta sobre o que era a universidade. Iriam se agrupar a ela: a Faculdade de Direito (ainda pertencente ao governo federal); a Faculdade de Medicina (criada pelo governo estadual em 1913); a Faculdade de Farmácia e Odontologia (criada pelo governo estadual em 1899); a Escola Politécnica (criada pelo governo estadual em 1894); o Instituto de Educação; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (criada pelo decreto de 1934); o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (que viria a ser instalado em 1946); a Escola de Medicina Veterinária (criada pelo

governo estadual em 1928) e a Escola Superior de Agricultura (criada pelo governo estadual em 1899)¹⁴. Além dessas, englobariam a instituição, dentre outros: o Instituto Butantã, o Museu de Arqueologia, História e Etnografia (mais conhecido como Museu do Ipiranga), o Serviço Florestal, o Instituto Biológico, o Instituto Agrônomico de Campinas etc. De acordo com Irene Cardoso, o decreto de criação da universidade trazia entre os primeiros artigos as seguintes deliberações: a) a formação das classes dirigentes e a democracia; b) a função primordial da universidade deveria ser a de afetar a “consciência social”; c) a universidade deveria estar voltada para a resolução dos problemas da nacionalidade; d) primar pelos altos estudos e a cultura livre e “desinteressada”; e) buscar a preparação dos jovens ao exercício de todas as profissões, por meio de uma concepção de divisão do trabalho intelectual, com vistas a organizar os quadros; f) por fim, ao Estado caberia a manutenção da educação, nesta instituição (Cardoso, 1982, pp. 122-123).

Assim, para aqueles protagonistas uma pergunta talvez tenha sido crucial: quais as condições que possibilitaram a criação da USP na década de 1930?

Sem dúvida esse questionamento (como outros similares) serviu de base para que Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo construísem um relato convincente sobre a fundação da instituição, entre as décadas de 1930 e 1950, a partir da repetição de um discurso proliferado, em especial, nos momentos comemorativos da instituição. Para ambos¹⁵, o fato de ter sido convocado, em 1933, Armando de Salles Oliveira¹⁶

14. Para mais detalhes consultar: Nadai (1987) e Cardoso (1982).

15. Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206; Discurso do paraninfo Júlio de Mesquita Filho. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, pp. 273-283; Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.

16. Nasceu em 24 de dezembro de 1887 na cidade de São Paulo. Filho de comerciante português, também envolvido com o negócio de exportação de café. Fez seus estudos primários e secundários na capital do estado, fazendo em seguida o curso de engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo. A partir de 1908, com a morte dos pais, trabalhou em vários projetos, com a construção de trechos da Mojiana.

(aquela altura cunhado de Júlio de Mesquita Filho e diretor de o jornal *O Estado de S. Paulo*), como interventor do estado de São Paulo, a convite de Getúlio Vargas, então presidente da República, foi-lhes decisivo na viabilização do projeto que daria o formato da futura universidade.

Mas se foram aquelas circunstâncias precisas que favoreceram a execução do empreendimento, o projeto que deu forma a iniciativa, em contrapartida, era fruto das discussões efetuadas pela intelectualidade paulista, desde, pelo menos, a década de 1920.

Na década de 20, enquanto Júlio de Mesquita era ainda diretor-presidente de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926 [Cardoso, 1982, p. 43].

Para Irene Cardoso (1982), que inventariou uma parte daquelas discussões, as relações da intelectualidade se mantinham presentes

Destacava-se como engenheiro e empresário, quando do casamento com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, com quem fez sociedade em *O Estado de S. Paulo*. Lá conheceu Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Rangel Pestana. Antes de se tornar interventor do estado (entre 1933 e 1936), foram interventores: João Alberto Lins de Barros (que permaneceu entre novembro de 1930 até 13 de junho de 1931), Laudo Ferreira de Camargo (que ficou até 13 de novembro de 1931), Manuel Rabelo (até o final de 1931), Pedro de Toledo (nomeado em 2 de março de 1932 permaneceu até o início de 1933). Entre o final de 1932 e início de 1933 foram solicitadas eleições para o estado, mas permaneceram inexistentes em função da pressão militar. Quando ocorreu a saída de Pedro Toledo ficou no seu lugar Valdomiro Lima ligado a “Chapa única por São Paulo Único”. Em 14 de julho Valdomiro Lima foi exonerado do cargo, substituindo-o Manuel de Cerqueira Daltro Filho. A 17 de agosto de 1933, devido as pressões partidárias do estado, Armando de Salles Oliveira era nomeado por Getúlio Vargas como interventor do estado. Para mais detalhes: Abreu (2001, pp. 5.175-5.180).

principalmente a partir da imprensa periódica, naquele momento centralizada em São Paulo, no grupo de “O Estado”¹⁷. Segundo ela, com a obra de Júlio de Mesquita Filho *A crise nacional*, publicada originalmente em 1925, que as discussões sobre a universidade se revigoraram. Porque a obra foi à pioneira de um conjunto de outras que discutiriam a necessidade de criação no país, de centros de ensino e pesquisa nos mais variados ramos do conhecimento. E que foi aprofundada, primeiro, com o inquérito sobre a educação nacional, e paulista em particular, produzido por Fernando de Azevedo em 1926, a pedido do próprio Júlio de Mesquita Filho, e publicado na íntegra no jornal *O Estado de S. Paulo*; segundo, com o manifesto dos pioneiros da educação de 1932, no qual se reuniria parcela significativa dos integrantes do grupo da ‘Escola Nova’ (Mate, 1991, 2002; Cunha, 1992; Miranda de Sá, 2003; Rocha, 1990, 2004).

Para o “O ESP” as causas dos problemas políticos com que se defrontava a Nação [...] residiam na ausência das “elites intelectuais” e a superação desses problemas só se poderia conseguir mediante o forjamento de uma nova elite à altura das necessidades do país [...] na perspectiva de “O ESP” um dos fatores determinantes do caos político do país residia precisamente na ausência de uma *elite intelectual*, capaz de compreender os problemas de

17. Segundo Irene Cardoso: “‘Grupo do Estado’ corresponde à prática política do *partido*, partido que faz aliança com o P.D., mas não se confunde com ele; que se alia à Aliança Liberal e, nessa condição, é chamado a participar do ‘secretariado do P.D.’ (Plínio Barreto); que tem um seu representante (ainda Barreto) indicado para a interventoria em São Paulo, por João Alberto; que tem um representante novamente indicado e, desta vez, aceito, para a interventoria (Armando de Salles Oliveira); que assume o governo constitucional de São Paulo (A. S. O.); que lidera a formação do Partido Constitucionalista e que lança a candidatura de um seu representante para a Presidência da República (A. S. O.); que participa da União Democrática Brasileira [...]. O ‘grupo do Estado’ é dissidência do P.R.P. de que se afasta por não se ver representado, ao lado do P.D., também dissidência [...] o Partido Constitucionalista e a União Democrática Brasileira, partidos institucionalizados dentro da estrutura partidária, não são a mera expressão do ‘grupo do Estado’, constituem alianças feitas sob a liderança efetiva dele” (Cardoso, 1982, p. 45).

sua época e de dar a eles solução adequada. O preenchimento desse “vazio intelectual” foi a tarefa que “O ESP” reservou às *universidades*, por cuja criação desencadeou intensa campanha [...]. O projeto inicial de Júlio de Mesquita Filho previa a criação de três universidades – uma ao norte, outra no centro e a terceira no sul – que seriam responsáveis pela transformação da mentalidade brasileira. Foi em função desse plano que se fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da atual Universidade de São Paulo [...]. Assim, a formação de “elites intelectuais”, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país. O papel que lhes era reservado, no plano político e cultural, revestia-se de suma importância, de vez que “O ESP” entendia que as soluções para os intrincados problemas nacionais deveriam brotar da educação. Mesmo quando afastados do contato direto com as coisas da política, caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião pública”, esteio sobre o qual se assentava, na concepção do jornal, o destino político da nação [Prado, 1974, pp. 98-101].

Quando Fernando de Azevedo ingressou no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1923, ele já conhecia Júlio de Mesquita Filho. Foi em 1926, que Fernando de Azevedo organizou um inquérito sobre a educação, publicado na íntegra no jornal naquele mesmo ano, com o objetivo de verificar a situação da educação pública paulista, circunstanciar as relações entre educação e política, e demonstrar que ao Estado caberia a promoção da educação. Mesmo após sua saída do jornal, em 1926, continuou-se, nos anos seguintes, a se divulgar notícias e artigos sobre a universidade e o ensino “secundário” do estado de São Paulo, e depois de criada a universidade em 1934, o jornal passou a indicar também as suas contribuições, para resolver parte daqueles problemas educacionais, políticos e econômicos (Bontempi Jr., 2006, pp. 121-158). Nesse sentido, segundo Irene Cardoso, a universidade “teria basicamente duas funções dentro da sociedade: formação do professorado secundário e superior e, ‘função superior e inalienável’, formação, isto é, preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes” (Cardoso, 1982, pp. 29-30).

Neste ponto, Jorge Nagle observa de forma semelhante à questão. Para ele no inquérito de 1926 se acentuava a:

[...] tríplice função dos estabelecimentos universitários, “de elaborar, ensinar e divulgar as ciências” [...] ao [...] regime universitário atribuíam-se tarefas de suma importância: o preparo das classes dirigentes [...] a formação do professorado secundário e superior – problema importante devido ao autodidatismo reinante – e o desenvolvimento de uma obra nacionalizadora da mocidade – núcleo para o qual convergem os problemas da universidade e da sociedade [Nagle, 1976, p. 134].

A aproximação dos autores deve-se ao fato de o inquérito ter sido proposto como parte integrante das ações do grupo de “O Estado”¹⁸. A ação daqueles protagonistas pode ser mais bem analisada quando comparados seus discursos de paraninfos na universidade. Em seu discurso como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia, na cerimônia realizada a 25 de janeiro de 1937, não por acaso, junto à comemoração do aniversário da cidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho¹⁹ ressaltaria a precariedade dos níveis de ensino “primário” e, principalmente, “secundário”. Para ele, proporcionada pela falta de pessoal qualificado para atender as necessidades de formação de uma “cultura geral” nos alunos, e pela falta de salas e escolas para atender ao público crescente de crianças em idade escolar. A universidade, portanto, cumpriria um papel fundamental na formação de quadros. Mas, para Júlio de Mesquita Filho, esse papel se desdobraria na elevação cultural dos alunos, na medida em que fossem conscientizados da tarefa na qual estavam ligados, quando fossem ao encontro dos pais, com a função de esclarecê-los sobre o lugar do estado de São Paulo na “nação brasileira”.

Criava-se, desse modo, com a data comemorativa um momento de

18. Muitos outros autores têm chamado atenção para esse ponto: Mate (2002), Rocha (2004), Cunha (1992), Prado (1974) e Limongi (1988).

19. Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206

consagração²⁰, no qual o projeto de elaboração de universidades constituiria o ponto central da cerimônia, dispondo na “memória coletiva” das pessoas que compareceram ao anfiteatro, o enaltecimento de um projeto dirigido por uma parte da “elite dirigente paulista”, em que se agrupava “empresários” e “educadores”, desde o final dos anos de 1920 (Limongi, 1989, pp. 111-187; Cardoso, 1982). Nele se reuniram, de um lado, profissionais liberais que viriam a ser conhecidos como o “grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*” sob o comando de Júlio de Mesquita Filho, e do outro, com integrantes do que veio a ser denominado “*escolanovismo brasileiro*”, no qual se reuniram, entre outros, Fernando de Azevedo²¹. A meta almejada por aqueles homens e mulheres (que compunham o movimento escolanovista) foi à reconstrução do país, a partir da expansão do ensino ‘primário’ e ‘secundário’ por todo o território nacional (Nunes, 2001; Cunha, 1992; Bueno, 1987). Dentro desse contexto social específico, que se deve observar o discurso de Júlio de Mesquita Filho, paraninfo da turma de 1936 da Faculdade de Filosofia. Nesse discurso, Júlio de Mesquita Filho, propôs uma maneira para a qual deveria ser entendida a fundação da USP e de sua FFCL, e, conseqüentemente, os caminhos que ela deveria seguir. Nas suas palavras:

... não me seria licito equiparar a entrega de diplomas à primeira turma de licenciados [...] ao ato banal e corriqueiro pelo qual, findo os cursos regulares, são considerados aptos a exercer as chamadas profissões liberais àqueles que [se formavam] no Direito, na Engenharia ou na Medicina [...]. As vossas preocupações são de outra natureza. Não são passíveis de aplicação imediata as disciplinas em que formastes o vosso espírito. Egressos de uma Faculdade onde se professa o culto pela ciência, espontaneamente votastes a vossa vida e a vossa inteligência ao progresso dos conhecimentos humanos [...] cabe-vos de direito um lugar destacado na comunhão universitária, e

20. Sobre a questão dos níveis de consagração ver: Abreu (1996). Para uma análise da atuação profissional no setor acadêmico ver: Balbachevisky (1996).

21. Para mais detalhes e análise do assunto consultar, entre outros: Cardoso (1982), Mate (2002) e Bittencourt (1990).

a vossa formatura, ultrapassando de muito o significado de uma simples festividade escolar, marca um etapa decisiva na história do pensamento nacional [...]. Com a vossa licenciatura, pela primeira vez, no decorrer de nossa evolução, aparece, para atuar nos destinos da nacionalidade, um grupo de jovens, oriundos de um instituto de alta cultura, cujos diplomas [...] integram a totalidade das disciplinas de que se constitui o saber humano. Assim, o fato de vos achardes prontos a preencher a lacuna centenária que nos relegava à condição humilhante e subalterna de colônia intelectual, passa a assinalar uma das mais profundas transformações jamais verificadas em nosso meio. Encerrastes definitivamente um ciclo da nossa existência, para dar início a outro: o da maioridade cultural²².

Continuava o discurso, expondo as razões pelas quais o Estado de São Paulo havia estado no centro da economia nacional – com a produção e exportação de café –, para onde saiu (parcialmente) do cenário, depois da ‘crise de 1929’ (em meio aos turbilhões internacionais nas bolsas de valores), quando acabou perdendo força política²³, junto com o Estado de Minas Gerais, em função da “Revolução de 1930” (Fausto, 1997). Naquelas circunstâncias, segundo ele, o Estado de São Paulo buscou em vão o retorno “glorioso” por meio da “Revolução constitucionalista de 1932”, porque era necessária uma transformação, naquele momento, não apenas estadual, mas em nível nacional. A melhor forma para isso, prosseguia, era a criação de uma “nova elite dirigente” formada nas Universidades, para buscar cultivar nas “gerações” de jovens do ensino “primário” e “secundário” a “consciência nacional”. Por “elite dirigente” entendia um conjunto de indivíduos de origens diversas, mas detendo posições econômicas e políticas significativas no interior da sociedade, a partir das quais atingiam setores de comando estatal, onde as decisões do Estado e da Nação eram tomadas. Mas, já nesse momento, não via

22. Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, p. 198.

23. Para uma análise dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais daquele período consultar, entre outros: Cano (1998a, 1998b), Mello (1998) e Arruda (2001).

mais a “elite dirigente”, somente enquanto proveniente da reprodução dos próprios grupos políticos e econômicos no poder, mas enquanto um grupo diversificado que tinha como ponto em comum originar uma “elite dirigente”, por meio do ensino oferecido em escolas “primárias” e “secundárias” (Miceli, 2001; Cardoso, 1982). Na verdade, muito poucos jovens atingiam o ensino superior, e por isso o público alvo daquela iniciativa foram às crianças e jovens do ensino “primário” e “secundário”, as quais deveriam proliferar aqueles ensinamentos dentro do ambiente familiar, no qual a maioria dos pais não sabia ler ou escrever (Cunha, 1992; Bueno, 1987). Portanto, para São Paulo voltar à sua posição de “locomotiva do país” deveria antes de tudo alfabetizar a população do Estado. Evidentemente, Júlio de Mesquita Filho, não se referia a uma efetiva reestruturação da educação pública e privada. O seu interesse era na formação de “novos quadros” para o ensino – em que até aquele momento se dirigiam os “derrotados” das profissões liberais – com o objetivo de suprir, além das necessidades de formação de pessoal qualificado, dirigir a população os caminhos que “efetivamente” deveriam ser tomados pelo Estado. Daí, para ele, a importância do professor secundário: “formar grupos dirigentes”. Quer dizer: capacitar a população para conhecer as alternativas que deveriam ser tomadas pelo Estado e preparar as próximas gerações de “grupos dirigentes”, que receberiam a etapa final de sua formação nas universidades. Diz ainda:

Sabeis o que representa para um povo o ensino das humanidades. Não desconheceis que dêle depende principalmente a maior ou menor aptidão dos povos para conservar a própria independência, senão o lugar que porventura venham a ocupar na hierarquia internacional. É [...] de capital importância para as nacionalidades a organização de um ensino secundário capaz de suscitar valores e capacidades em condições de constituir uma sólida elite dirigente [...]. Para os advogados sem causas reserva[vam]-se as cadeiras de português, de história, de lógica e de psicologia. Nunca conseguiu um engenheiro um trecho de estrada ou a construção de uma ponte? Dava-se-lhe no ginásio mais próximo, como ficha de consolação, a cadeira de álgebra ou de física, de desenho ou de aritmética. Ao médico destituído de clientela

cabia lecionar química ou as ciências naturais [...] eu vos dizia, há pouco, que, entre as múltiplas tarefas que vos incumbe realizar, está na primeira plana o dever de substituir o conceito do saber por um outro: o do saber posto ao serviço da coletividade [...] tendes por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva ou, para falar a linguagem da época, tendes por principal missão criar no espírito da juventude e instilar-lhe na alma coletiva a mística nacional [...]. Sois, na quasi totalidade, nascidos em S. Paulo; e, se porventura alguns de vós aqui não viram pela primeira vez a luz do sol, dentro de nossas fronteiras formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte sombra de uma dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã²⁴.

Assim, a fala de Júlio de Mesquita Filho veio destacar como uma das principais funções da USP e de sua FFCL, a formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades do ensino público e privado oferecido até aquele momento no nível “primário” e “secundário” das escolas federais, estaduais, municipais, religiosas ou fundadas por imigrantes (Bittencourt, 1990; Bueno, 1987; Tanuri, 1973). Mesmo que, desde 1925, com a publicação do texto *A crise nacional*, Júlio de Mesquita Filho já viesse esboçando tais idéias, foi apenas depois de 1930, com as reviravoltas do sistema político e econômico, que o projeto ganhou contornos mais definidos (Bontempi Jr., 2001). Para Júlio de Mesquita Neto:

[...] quase todos se esquecem de que o projeto da Universidade e da Faculdade de Filosofia, tal qual sonhado em 1925 por Júlio de Mesquita Filho e publicado em ‘A crise nacional’, consistia não apenas em criar um centro de investigação científica, mas também de formação de professores capacitados para o ensino secundário. Mais ainda, esquece-se de que o ensino na Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia era público

24. Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 203-205.

e gratuito [com exceção de matrículas em exames de ingresso] e que uma das obsessões de Júlio de Mesquita Filho e de Armando de Salles Oliveira era que o ensino secundário fosse de alto nível e para isso bem remunerado. [Em seguida ressalta que as idéias de] Júlio de Mesquita Filho sobre a crise nacional, expostas em 1925 [...] são o alicerce sobre o qual se construirão a Universidade e a Faculdade de Filosofia. Não havia questão de hegemonia paulista em 1925; havia consciência, isto sim, de que contribuição São Paulo poderia dar para auxiliar o Brasil a superar suas dificuldades [Mesquita Neto in Freitas, 1993, pp. 12-13].

Júlio de Mesquita Neto (1922-1996), não entendia, por isso, porque foi proliferada uma outra “memória coletiva” sobre aqueles acontecimentos. Na verdade, Mesquita Neto, não teve contato direto com os discursos e as ocasiões a que vinha participando Júlio de Mesquita Filho, depois de fundada a Universidade – o que lhe possibilitaria verificar como a proposta de 1925 se adequou as características da década de 1930.

Quando, em 1945, foi novamente paraninfo de outra turma de formandos, Júlio de Mesquita Filho lembraria que não:

[...] vos terá passado [...] despercebida a importância que vimos emprestando em nossa exposição ao ensino secundário. É que formamos da universidade um conceito integral. Concebemo-la como um todo orgânico, que, acompanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restitui a sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa Universidade. [Para ele os órgãos] em que se subdividiriam o organismo na sua totalidade, seria uma resultante das necessidades da nação, das suas aspirações culturais, respeitadas, é claro, e como acabais de ver pelo que já ficou dito, as nossas tradições [Mesquita Filho, 1969, pp. 184-185].

Tarefa semelhante foi incluída na fala de Fernando de Azevedo²⁵, na cerimônia de formatura realizada em 1950. Assim, indicando que a repetição e a proximidade de objetivos faziam parte de um projeto em comum defendido tanto por Júlio de Mesquita Filho, quanto por Fernando de Azevedo. Para ambos o papel de Armando de Salles Oliveira foi fundamental não apenas na construção da universidade, mas também no desenvolvimento da instituição.

O próprio Armando de Salles Oliveira avaliaria sua intervenção no estado diante da Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1937, da seguinte maneira:

O ensino é hoje, em São Paulo, um aparelhamento complexo, que vaee das formas rudimentares adaptadas aos meios ruraes á organização grandiosa de sua Universidade [...]. A escola e o voto são as armas das democracias – serão as grandes armas do Brasil. No governo de São Paulo, disseminei escolas e respeitei o voto. Por isso, ainda que não tivesse realizado as obras que realizei, teria feito um genuíno governo para o povo²⁶.

Em discurso pronunciado no Theatro Municipal de Belo Horizonte, a 16 de agosto de 1937, acrescentaria as suas realizações que:

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o logar do paiz em que se ergam, devem ser criadas para exercer sua influencia, não sobre uma região, mas sobre toda a nação. Essas instituições, que não podem subsistir sem um sólido systema de educação secundaria, têm o objetivo de cultivar as sciencias, ajudar o progresso do espírito humano e dar á sociedade elementos para a renovação incessante de seus quadros scientificos, culturaes, technicos e políticos²⁷.

25. Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.

26. Armando de Salles Oliveira. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 985 e 992.

27. Discurso pronunciado no Theatro Municipal de Belo Horizonte, em 16 de agosto de

Muitos anos depois, em entrevista concedida a Sônia de Freitas (1992), Antônio Candido de Mello e Souza (1918 -)²⁸ assim se lembraria daquele momento:

A Universidade [...] nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais tinha vontade de que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando de Salles Oliveira, se tornou interventor federal, quer dizer, o homem que dirigia o Estado. Tendo os instrumentos políticos na mão, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade, que acarretou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita Filho disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura. É curioso que, numa espécie de paranóia de classe, ele compara a situação de São Paulo com a situação da França, depois de derrotada pela Alemanha em 1870, como se fosse um país. Acho que esta é a versão mais próxima da realidade: um projeto político, a fim de equipar o Estado com os instrumentos culturais necessários para ele assumir em nível elevado a liderança da Federação [Melo & Souza in Freitas, 1993, pp. 35-36].

1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, pp. 993-994.

28. Essa não foi à primeira ocasião em que Antônio Candido se referiu ao tema. Muitos anos antes, em 1947, quando foi paraninfo de uma turma de formandos da FFCL, assim já percebia a questão: “Nas Faculdades jovens, como a nossa, as distâncias entre professores e alunos são, felizmente, pequenas, porque todos têm o sentimento vivo de participar, lado a lado, na construção de alguma coisa que não adquiriu contornos definitivos; a tradição ainda não ergueu, em nossa casa, as barreiras segregadoras do *status*, as pequenas querelas de precedência e as grandes vaidades catedráticas. [...] No conjunto das vocações universitárias, pertence-vos a do magistério secundário – convicção de grandeza intelectual de um povo. Independente da pesquisa e da criação, que também definem a Faculdade de Filosofia, é como professores que nos apresentaremos à comunidade universitária e à sociedade do nosso país, e é nessa qualidade que tanto se espera de nós”. In: *Oração do paraninfo Antônio Cândido de Mello e Souza*. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 283.

Os “discursos fundadores” pelos olhares de outros protagonistas

A participação de Armando de Salles Oliveira, entretanto, não era vista com tamanha contribuição por outros protagonistas, seja na efetivação do projeto de criação da universidade no estado, seja quanto à melhoria e a expansão dos níveis de ensino. O mesmo vale, para o papel desempenhado por Júlio de Mesquita Filho e por Fernando de Azevedo, que para muitos foi secundário, se comparado a história da universidade no Brasil.

Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), por exemplo, então Deputado da Câmara Estadual e vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP), observava da seguinte forma a sua intervenção no estado:

[...] a administração do sr. Armando de Salles Oliveira fez crescer a dívida interna consolidada e a dívida interna flutuante, as quaes subiram nas proporções phantasticas de 200 e 300%, crescendo igualmente em proporções formidáveis a dívida externa, em virtude da queda do câmbio, ao qual ainda estamos amarrados na nossa vida financeira²⁹.

Não era apenas uma disputa partidária. Alfredo Ellis Júnior diferenciava-se do grupo de *O Estado*, também sob a análise do processo. Para ele o:

[...] dr. Armando de Salles Oliveira, quando era Interventor, em 1935, para ‘fazer bonito’ para os outros Estados brasileiros em propaganda da sua futura candidatura á Presidência da República [depois cancelada, por causa do golpe de 1937], creou, de uma só vez 1.024 [...] escolas públicas. Mal sabem os nossos ilustres patrícios que essa proeza foi feita com grande sacrifício para o misero professor paulista, á custa da redução dos seus minguaodos

29. Alfredo Ellis Júnior. 25ª sessão ordinária em 9 de agosto de 1937. In: *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 531.

vencimentos de rs. 400\$000 para 300\$000 no Estado que se diz o ‘leader’ da Federação. Introduziu no magistério [...] a famosa classe de estagiários que não têm direito a cousa alguma na vida³⁰.

Alfredo Ellis Júnior, antes de eleito deputado, era professor secundário de *História da Civilização* em colégios da cidade de São Paulo. Ressaltava corriqueiramente sua trajetória, nas sessões da Câmara. Manifestava abertamente seu “orgulho” em “ser paulista” e:

[...] desde 1935 que venho dizendo em sucessivos discursos, que o nosso magno objectivo na guerra de 1932 foi tirar uma satisfação contra a opressão que a dictadura [...] baixava sobre nós, desde 1930 [...] queríamos lavar a nossa cara! [...]. Queríamos nos reabilitar perante nós mesmos [...] outro objectivo era a conquista do regimen constitucional. Elle nos daria a autonomia que nos fôra arrancada em 1930 naquella tragédia que se iniciava soturnamente [...] quer por meio da palavra quer por meio das armas³¹.

Esse quadro nos leva inevitavelmente a questionar como esses discursos foram recebidos e interpretados por outros protagonistas no período, principalmente aqueles que estiveram próximos à universidade. Na maioria dos casos notou-se que esses discursos eram pouco conhecidos. Eram discutidos apenas quando os protagonistas os haviam escutado. No caso destes, porém, as indagações não ficavam tão somente sobre o que permitiu a criação da instituição, mas se desdobravam em: qual a história do ensino superior brasileiro e o que o diferenciava de outros países? Porque a criação de universidades no Brasil foi tardia? E, finalmente, como deveria ser pensado o papel das universidades no país? (Ferreira, 2002).

30. Alfredo Ellis Júnior. Leitura da carta ‘Os estagiários’ na 28ª sessão ordinária em 12 de agosto de 1937. In: *Anaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 604.

31. Alfredo Ellis Júnior. 14ª sessão ordinária em 27 de julho de 1937. In: *Anaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, v.1, p. 320.

Verificou-se que nem sempre eram conhecidos os discursos de um paraninfo para outro. Mesmo no que dizia respeito ao conhecimento da publicação de obras de um para o outro, que se davam, em geral, fora da universidade, os discursos tocavam pouco (e na maioria das vezes nada) no assunto. Por exemplo, Ernesto de Souza Campos (1882-1970), médico, professor de ensino superior durante vários anos, foi convocado pela turma de formandos de 1938 a ser o paraninfo, convite a que concordou de imediato. Em sua fala alertava que não se devia apenas viver do passado, mas pensar caminhos para o futuro. Embora as Faculdades de Filosofia estivessem cumprindo seu papel ao formarem “professôres para o magistério secundário”, o campo da pesquisa acadêmica estava pouco desenvolvido, contando ainda com o “intercâmbio científico com o estrangeiro” para colher seus frutos. A USP não era a mais antiga no país “mas ocupava excelente posição entre as suas congêneres brasileiras [...] ela não se limitou, na sua formação, a um simples agrupamento de escolas superiores. Com ela se criou o núcleo fundamental que é esta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”³². Assim, considerava importante observar a experiência de outros países.

Harvard [nos EUA] já celebrou o seu terceiro centenário. Vem de 1636. Conta hoje a América do Norte 81 grandes Universidades em uma percentagem de 21% sobre as 356 existentes no globo. Em relação à população, tem uma para cada 1.628.000 habitantes. É o país mais rico em Universidades. São também bem antigas as outras Universidades da América. Entre as 14 do Canadá, a mais velha vem de 1800, datando a mais moderna de 1912. No México, a ‘Universidad Nacional’, criada com a denominação de real e pontifícia, em 1553, foi renovada em 1910, tornando-se autônoma em 1922. Das cinco Universidades argentinas, a mais antiga, que é a de Córdoba, formou-se ainda sob o domínio de Espanha. A de Bogotá, na Colômbia, vem de 1622; a de Quito, no Equador, de 1640. Santiago, no Chile, marca a sua fundação de 1838; Montevidéu, de 1849. Mesmo nas repúblicas que resultaram da

32. Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 190.

fragmentação política da América Central, são antigas as Universidades. A de Guatemala, fundada pelo Supremo Conselho das Índias, tem sua origem em 1675; a de Honduras provém de 1847. [...] Fora da América, outros países, novos como o nosso, cuidaram destas instituições desde épocas remotas. Sidney começou em 1850, Melbourne, três anos depois, Adelaide, em 1874. Na Nova Zelândia a mais antiga é de 1869. Na África do Sul elas se instalaram desde 1881. O Brasil, com seus 40 milhões de habitantes, só cogitou dêste assunto em 1920. Entre os países da América foi o último a tratar dêste problema. Por isso, hoje só temos 4 Universidades, quando a Argentina, com 13 milhões, tem cinco, o Canadá, com 9 milhões, 13, a Austrália, 6 para os seus 6 milhões e meio de habitantes e a Nova Zelândia, 3 para uma população de 1 milhão e quinhentos mil³³.

Em seu exame, Ernesto de Souza Campos, comparava a situação do Brasil com a de outros países. Inferia que aqui as universidades ainda não haviam tido a devida atenção, como ocorria em outros lugares. Para demonstrar a sua afirmação procurava historiar as tentativas de execução de tal empreendimento, e que tiveram início na América Portuguesa (depois no Brasil independente), a partir do século XVI, quando padres jesuítas tentaram instalá-las aqui. O movimento, entretanto, foi desfeito quando o Marquês de Pombal, no século XVIII, decretou a expulsão destes (Da Cás, 1996).

A segunda tentativa de criação de uma Universidade foi estabelecida nos planos da Inconfidência Mineira. As referências são encontradas em vários documentos que fazem parte dos ‘Autos de devassa da Inconfidência Mineira’. Depois essas tentativas se foram sucedendo, sempre sem êxito, tôda a vez que um grande acontecimento se registrava na história do país. Com a mudança de sede da monarquia portuguesa, o comércio da Bahia, interessado em que se estabelecesse naquela cidade a sede do govêrno da metrópole, ofereceu-se para construir o palácio real, reservando, ainda, a soma de 80 contos, con-

33. Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, pp. 191-192.

siderável naquele tempo, para que se fundasse ali uma Universidade. Foi a terceira investida. Não aceitou o Príncipe Regente nem uma, nem outra oferta, fazendo-se de velas para o Rio de Janeiro [onde desembarcaria em 1808]³⁴.

A quarta tentativa ocorreu quando o Brasil foi elevado à categoria de reino, depois de 1808. Mas a proposta foi rejeitada, em 1816, pela Assembléia Constituinte. Segundo Ernesto de Souza Campos as esperanças foram renovadas a partir da Independência. Mas em função de disputas políticas, em torno de onde seria instalada a universidade, novamente o projeto seria silenciado. Para ele iniciava uma ‘vitória incompleta’ quando começaram a serem criadas escolas médicas (uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro em 1808), escolas de engenharia e “os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda [a 11 de agosto de 1827]”. Segundo ele, apresentava-se, na década de 1840, outros projetos de reformas gerais do ensino, mas todos foram engavetados. Com tantas tentativas, encerrar-se-ia o século XIX com mais de dez, todas elas desfeitas. Terminada a Monarquia, nos primeiros anos da República nada de significativo alterou a situação. Fato, que segundo este, só se reverteria na década de 1920, quando as primeiras tentativas de criação de universidades foram realmente concretizadas.

No início dos anos de 1930, com a emenda “Roquette Pinto”, exigia-se para a instalação de universidades o agrupamento, ou criação, de pelo menos três escolas superiores, sendo uma das quais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na década de 1930, só eram encontradas em São Paulo (com uma na recém-criada USP) e no Rio de Janeiro (com uma na Universidade do Distrito Federal (UDF), depois anexada à Universidade do Brasil, criada em 1939, em função da extinção da UDF). Outras foram inauguradas, nos anos de 1930, mas tiveram vida curta (provavelmente por terem sido empreendimentos privados). Assim, em sua fala lembraria mais a história do ensino superior no Brasil, do que o empreendimento realizado nos anos de 1930 pelo grupo de *O Estado*.

34. Oração do paraninfo Ernesto de Souza Campos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 198.

O mesmo caminho foi escolhido por Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), em 1939, quando foi o paraninfo da turma de formandos. Para ele:

As velhas faculdades superiores que vieram da colônia, as academias militares de guerra e de marinha, as escolas de medicina e a de belas artes, todas ainda de fundação joanina, desdobraram-se na época imperial como se deu com as faculdades médicas, a separação do ensino da engenharia militar do da civil, a fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, da Escola de Minas de Ouro Preto.

Veio a República encontrar um aparelhamento de ensino superior constante de um número de órgãos já assaz vultuoso e subdividido em diversas especializações.

[...]

A reforma da instrução pública, em 1915, decretada na presidência Wenceslau Braz, sob a inspiração do Ministro Carlos Maximiliano, previa a criação da Universidade do Brasil que só foi levada a efeito em 1924, sob a presidência Epiácio Pessoa.

Mas esta criação nada mais era do que um esboço de regime universitário.

Sob a presidência de Getúlio Vargas, em 1932, caberia ao ministro da educação Dr. Francisco Campos o grande mérito de dar ao nosso ensino superior a organização ora vigente, sob um estatuto que, sem favor algum, é obra obediente a tão sólido critério quanto elevado conhecimento das condições universitárias universais.

[...]

Não era possível, de início, certamente, estabelecer cursos minudentemente especializados como os que constituem os elencos da atividade anual dos aparelhos universitários seculares europeus e notadamente americanos.

Impunham as circunstâncias que os nossos programas abrangessem, sobretudo, as linhas mestras das grandes disciplinas, coordenadas num curso de aperfeiçoamento cultural³⁵.

35. Discurso do professor Afonso d’Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, pp. 224 e 226-227.

O seu discurso incluiria apenas algumas palavras a Fernando de Azevedo, que teria o mérito de incentivar a criação de associações, editoras, bibliotecas e auxiliar na execução do projeto de criação da USP. Não ressaltava nem a participação de Júlio de Mesquita Filho, nem de Armando de Salles Oliveira. Sua ressalva se deve, em parte, a sua discordância quanto à contratação de professores estrangeiros, em prol dos profissionais do país, com a justificativa de que tinham uma formação “autodidata”. Discordava ainda, sobre a comparação feita por tais pioneiros, de São Paulo se assemelhar a história da Alemanha, nos séculos XVIII e XIX, e a França pós-1870³⁶. Suas obras, naquele momento em elaboração, refletiam o papel do bandeirante, como em *História Geral das bandeiras paulistas*, obra publicada entre 1924 e 1950 em 11 volumes, e em *História do café no Brasil*, também em 11 volumes lançados entre 1929 e 1941 (Araújo, 2006). Não foi por acaso, portanto, que ele e sua obra tenham sido homenageados várias vezes na Assembléia Legislativa de São Paulo, entre 1936 e 1937³⁷; em especial, por Alfredo Ellis Júnior, autor de, entre outros, *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (de 1936), *A nossa guerra* (de 1933) – em que ressaltava as conseqüências da “Revolução de 1930”, para o estado de São Paulo – e *Meio século de bandeirismo* (de 1939), tese de cátedra, com a qual se efetivou na cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de Geografia e História da FFCL/USP, que até então havia sido ocupada por Afonso de Taunay (Ferreira, 2002), seu “antigo” mestre e amigo.

O mesmo faria Adhemar Pereira de Barros (1901-1969), então governador do estado, em seu discurso de 1940, para a turma de formandos. Nele lembraria que a Faculdade de Filosofia “não foi incorporada à organização universitária de São Paulo por mero embelezamento. Os

36. Bontempi Jr. (2001) avança nessa discussão, ao demonstrar a complexa rede de circunstâncias históricas que viabilizaram a inserção de movimentos católicos e de direita no interior da instituição, a partir dos anos de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, e a forma como esse discurso “politizado” era discutido e absorvido por outros professores e pelos alunos da universidade nesta época.

37. *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953, 3v.

diferentes cursos que a compõem preparam os moços para as finalidades mais diversas e, ao mesmo tempo, mais necessárias”³⁸. Recordando, então, a função de qualificação de pessoal para o ensino “secundário” e para o superior.

Alguns anos depois, o professor André Dreyfus (1897-1952), paraninfo da turma de 1943, iria também lembrar que a Faculdade de Filosofia “visa[va] dois fins principais: preparar professorado de carreira para o ensino secundário e estimular a formação de pesquisadores nos vários campos do saber humano”³⁹.

Em busca de uma “memória coletiva” sobre a criação da USP

Se, como vimos, os protagonistas do período formularam interpretações diversificadas sobre a origem da instituição, tendo como ponto em comum observarem a centralidade da Faculdade de Filosofia na formação de profissionais para o ensino “secundário” e para o superior, no caso dos alunos formados pela instituição, e que permaneceram nesta como professores, houve uma similitude de pensamento, devido à maneira como foram periodicamente lembradas, nas cerimônias de formatura, as origens e a função da universidade⁴⁰.

Para João Cruz Costa (1904-1978), por exemplo, orador da primeira turma de formandos de 1936, no “inevitável desenrolar dos acontecimentos políticos, deram-se os movimentos revolucionários de 1930 e 1932.

38. Discurso do Dr. Adhemar Pereira de Barros, paraninfo da turma de 1940. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 242.

39. Discurso do professor André Dreyfus, paraninfo da turma de 1943. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 250.

40. No que diz respeito à recepção daquele “discurso fundador” entre os alunos da instituição, e que contribuíram também com a elaboração da “memória coletiva” sobre a criação e o desenvolvimento da Universidade de São Paulo, e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além da discussão aqui desenvolvida, ver: Roiz (2006).

O que êles mostraram, o que êles ensinaram e o que nos mostrou e o que nos ensina ainda hoje a experiência de outras nações, é que devemos cuidar da educação e da cultura do nosso povo, afim de nos aprestarmos para iniciar uma nova e mais segura rota⁴¹. Portanto, a “nossa missão, quaisquer que sejam os caminhos que agora tenhamos de trilhar, está intimamente ligado aos destinos da Universidade. Interessa-nos altamente a sua existência e a sorte que lhe está reservada, porque o seu destino se confunde com o nosso. É mister, pois, definir a nossa posição e o nosso pensamento acêrca da renovação que a Universidade veio operar em nosso meio⁴². Acreditava João Cruz Costa que a função da universidade não estava somente na formação de pessoal qualificado para o ensino secundário, mas também na formação de novos quadros de professores para suprir as próprias necessidades do ensino superior, na medida em que se procurava nos alunos o desenvolvimento do cultivo pelas ciências e pela “cultura do espírito”. Para ele esta renovação se dera, quando Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira, então interventor do Estado de São Paulo, se uniram para fundar uma universidade no estado.

Posição semelhante foi a de Carlos Marques Pinho, licenciado e orador da turma de 1945, quando relembrou o papel de Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho e, principalmente, de Armando de Salles Oliveira (1887-1945) na concretização do projeto de criação da Universidade de São Paulo. Em suas palavras: “Armando de Salles Oliveira não morreu! Vive imperecivelmente pelas suas idéias, pelas suas obras, pela sua sábia conduta de líder democrata sincero, na profissão de fé, na Democracia e na Honestidade⁴³”.

Em 1949, não contrariando tal “memória coletiva”, o licenciado Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), orador daquela turma, diz:

41. Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*, p. 192.

42. Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*, pp. 190-191.

43. Discurso pronunciado pelo orador da turma de 1945, o licenciado Carlos Marques Pinho. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, 1953*, p. 339.

E, confrontando a realidade e o sonho, pudemos de fato chegar a um ideal legítimo de Universidade, pelo qual creio estarmos todos dispostos a lutar, ainda que árdua seja a nossa luta. Compreendemos, de início, que a Universidade no Brasil, continua ainda uma aspiração, não um fato. Que êsse reino de justiça e de razão deve ser construído com sacrifício e persistência, com luta e desprendimento. Porque ele, indubitavelmente, é uma necessidade para o destino cultural e moral do País, como o compreendeu, no momento oportuno, aquêle que foi grande demais para ter continuadores: Armando de Salles Oliveira⁴⁴.

Com argumentos semelhantes, na cerimônia de colação de grau realizada no Teatro Municipal da cidade de São Paulo, a 27 de dezembro de 1950, para conferir os títulos de licenciados e bacharéis a mais uma turma que se formava na FFCL/USP, aproveitava-se o momento para repetir um ritual de consagração e manter a ‘imagem’ que estava sendo construída sobre a instituição. Nela participaram como paraninfo o prof. dr. Fernando de Azevedo e o orador de turma Dante Moreira Leite (1927-1976), do curso de Filosofia, além, evidentemente, dos convidados e formandos. Na ocasião, Fernando de Azevedo aproveitava para “reavivar” as circunstâncias pelas quais passaram os “atores sociais” envolvidos na construção da instituição, ressaltando o papel que agora cabia “as novas gerações” continuar por meio de sua atuação profissional. Diz ele:

Não há atmosfera tão impregnada do sentimento de continuidade e de espírito de renovação como esta em que se envolve a solenidade de hoje, e que, ultrapassando-os, prolonga os mestres nos discípulos e mantém viva a idéia de ligação do passado e do presente, na sucessão ininterrupta de gerações de educadores [...]. Mas, se essas tradicionais festas escolares assumem, por isto, o caráter de uma cerimônia ritual, por assim dizer religiosa, com que se alimenta uma fé constante no primado das cousas do espírito e nos fins

44. Discurso pronunciado pelo orador da turma de 1949, o licenciado Roque Spencer Maciel de Barros. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953, p. 356.

superiores da vida, traz a solenidade magnífica desta noite um significado particular, verdadeiramente agradável a todos os que empenharam suas forças em obter, através da unidade de formação dos mestres, a unidade de espírito nas escolas normais e secundárias do país. Pela complexidade de sua estrutura, pela extensão de suas ramificações, a Faculdade de Filosofia que vos confere o grau de licenciado, visa, certamente, não estancar nenhuma fonte, levar em conta todos os pontos de vista e despertar o hábito e o gôsto dos horizontes largos [...]. Para essa função primordial de elevar, aperfeiçoar e renovar, de concentrar e difundir a cultura, filosófica, literária e científica, é que se fundou, como parte integrante do sistema universitário, a Faculdade em que terminastes vossos cursos, nas diversas seções de sua vasta e complexa organização [...] é dela que os outros institutos, guardadas as suas finalidades específicas, devem haurir os princípios universais da ciência para os fazer frutificar no campo da aplicação e da especialização profissional; é por ela, que tôdas as outras escolas superiores, que se elaboram a inter-penetração e a coordenação dos conhecimentos humanos, a unidade de espírito na diversidade dos estudos, a reintegração do saber num tipo de cultura⁴⁵...

A essa altura, o discurso de Fernando de Azevedo já dispunha de condições “oportunas” e “favoráveis” para possíveis comparações entre os anos de 1930, antes da criação da Faculdade de Filosofia, e os anos de 1940 e início dos anos de 1950, quando esta havia conferido o título de licenciados para várias turmas de formandos. O seu objetivo foi mostrar a transição na qual passava a sociedade brasileira: de tipicamente rural e agro-exportadora, para urbana e industrial. E no interior dessa mudança, assentava-se outra transformação: a expansão do ensino público em escolas oficiais de níveis “primário” e “secundário” (Arruda, 2001). Na reorganização que passava a escola secundária, prosseguia Fernando de Azevedo, o papel do professor, formado em Faculdades de Filosofia, apresentava-se essencial para renovar o ensino, que ainda naquela altura dos anos de 1950 era ministrado, indistintamente, tanto

45. Discurso do paraninfo Prof. Dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950*, 1952, pp. 56-58.

por não-licenciados (formados em outras áreas), como por licenciados⁴⁶. Ressalta ainda:

Mas, a escola secundária, capaz de exercer essa função, na sua plenitude, não é como sabeis e já tendes a experiência, o tipo de escola que encontrareis no país, e sobre o qual, a despeito da transformação parcial dos métodos de ensino, não passou ainda um sôpro vigoroso de renovação, inspirada no sentido real do humano e mais nitidamente orientada para a cultura do espírito. Aquêles, dentre vós, que pretendem dedicar-se ao magistério secundário e não à pesquisa e às atividades científicas, no domínio dos estudos em que se especializaram, terão, pois, sobre os ombros uma tarefa difícil e árdua – a de contribuir, cada qual na sua disciplina e todos, pela unidade fundamental de espírito e de métodos, para a renovação do ensino secundário no Brasil. A essência desse ensino virá do seu germe, de suas raízes, do ar que respirou, de tôdas as secretas influências de escolas como as Faculdades de Filosofia, mantidas no mais alto nível, de que deve ser o produto vivo, e cujos progressos, por sua vez, embora dependentes sobretudo do trabalho de seus mestres e do impulso dado às atividades criadoras, estão intimamente ligados, pela base, aos do ensino secundário, em seu novo espírito e em suas novas formas⁴⁷.

No seu discurso, Dante Moreira Leite, além de concordar com as opiniões de Fernando de Azevedo, apontava outro ponto sobre o problema do ensino secundário: a má compreensão por parte da “sociedade civil” das funções e das necessidades da pesquisa.

[...] Temos compreendido a inteligência como ato milagroso, capaz de superar anos de pesquisa metódica [...]. O mesmo acontece com a profissão que a maioria dos licenciados adota: o professorado. Pois também se julga que para ensinar determinado assunto, não é, de maneira alguma, necessário estudá-lo antes [...] não se compreendeu a importância decisiva que tem a

46. Volta novamente a discutir o tema em: Azevedo (1963, 1971).

47. Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, p. 59.

formação de escola secundária, mesmo para os que vão seguir uma carreira liberal. Tem-se firmado a idéia da especialização, como se esta não supusesse, antes, um preparo geral, sem o que, longe de preparar um homem ou uma mulher as nossas escolas estarão fabricando técnicos incapazes de ser verdadeiros cidadãos. O resultado dessa estreita concepção do ensino como preparação para uma carreira, abandonando a educação como preparação para a vida, é que os nossos alunos saem da escola exatamente como entraram para ela. Além de um pequeno preparo técnico, não se nota um progresso, por pequeno que seja, no desenvolvimento da capacidade de pensar as situações concretas da existência; não se nota em que esses alunos são superiores aos que não tiveram possibilidades de preparo escolar. Em outras palavras, o estudo, nesse caso, foi perfeitamente inútil⁴⁸.

O fato concreto, portanto, que sobrepunha à fala de ambos foi o lugar a ser ocupado na sociedade pela FFCL/USP. Quer dizer, em momentos de transformações generalizadas deflagradas naquelas décadas na sociedade brasileira (como a urbanização repentina causada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento industrial, a formação de “novos estratos sociais” dentro da sociedade, com a incorporação do imigrante europeu e asiático, e a reestruturação do ensino oficial), qual deveria ser o posicionamento das instituições de ensino superior, já que desde os anos de 1930, procurou-se construir uma tradição, onde as Faculdades de Filosofia, preferencialmente, deviam ser os suportes para a formação de “grupos dirigentes”? (Nadai, 1991).

Esse foi, efetivamente, o problema que pareceu, de tempos em tempos, situar-se nos cerimoniais de formatura, e nos discursos de paraninfos e de oradores de turma. Na cerimônia realizada em fevereiro de 1952, referente à turma de formandos de 1951⁴⁹, Eurípides Simões de Paula (atual

48. Discurso do orador, o Licenciado Dante Moreira Leite. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 73-74.

49. Atraso ocorrido por causa das paralisações daquele ano, em prol das Faculdades de Filosofia, que estavam em risco, em função de solicitações de “autodidatas” e não-licenciados, junto ao Congresso Nacional, reivindicando-se paridades entre eles e os licenciados nos concursos e nas escolas. As greves das Faculdades de Filosofia fizeram

diretor da Faculdade de Filosofia) foi o paraninfo, ao lado do licenciado, em ciências sociais, Renato Jardim Moreira, orador da turma. No seu discurso Eurípides Simões de Paulo (1910-1977) ressaltava que em “1932 [...] um grupo de intelectuais paulistas, chefiados por Alcântara Machado, fundou a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia [...] [indicando] que o papel desempenhado pelas nossas tradicionais escolas superiores, Direito, Politécnica, Medicina, já não era suficiente” para subsidiar as necessidades da sociedade, que estava se tornando mais complexa. Apoiando-se nos discursos de Júlio de Mesquita Filho, pronunciados em 1936 (quando foi formando de turma), e outro em 1950, no I Congresso de ex-alunos da Faculdade de Filosofia (quando já era professor da faculdade), Eurípides retornou a tradição discursiva para a qual a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da USP ocorreu “principalmente devido ao desfecho da nossa Revolução [de 1932]. São Paulo iria agora disputar a primazia no campo intelectual, já que no terreno político parecia que perdera hegemonia”. Mas justamente por causa disso “a nossa Faculdade [nasceu], num ambiente de luta e de incompreensão e, nele, infelizmente, ainda nos mantemos”. Aí notaria o paraninfo, as sutilezas dos paradoxos subjacentes a ‘memória coletiva’ que foi construída sobre aqueles eventos históricos, ao ressaltar a diversidade de interpretações que acabaram sendo elaboradas entre ex-alunos e professores. Também notava a divisão entre os favoráveis e os contrários a iniciativa da fundação da universidade. Aos contra o projeto, outro fator contribuiu para a “incompreensão”. Para ele, quando Armando de Salles Oliveira enviou o professor Teodoro Ramos a Europa para contratar professores e pesquisadores para ministrarem disciplinas, em que no Brasil não havia especialistas, tivemos, segundo Eurípides, “então, um movimento de repulsa a Faculdade. Muitos autodidatas se insurgiram contra ela, sentindo-se prejudicados”⁵⁰.

o congresso nacional voltar atrás ao projeto de lei, que foi engavetado. Para maiores detalhes consultar: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, pp. 52-56; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952, 1953*.

50. Discurso do Paraninfo, Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, p. 52. Para uma discussão dessa questão ver: Carelli (1994)

Em função de todos esses fatores estiveram presentes aos discursos à “repetição” e o uso de uma “tradição” sobre a origem da instituição, fixada na “memória coletiva”, ora alicerçando as falas e as ulteriores iniciativas, ora servindo de base para novas orientações de ação e planejamento. Tal foi à recepção daquela “tradição discursiva”, que Renato Jardim Moreira, assim se referiu sobre a fundação da Faculdade de Filosofia:

[...] originou-se da compreensão dessa realidade [...] estava presente ao espírito de seus fundadores [Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira] a necessidade imperiosa de se organizar um Instituto para formar professores e pesquisadores capazes de satisfazer às exigências da vida moderna, por intermédio de uma formação universitária especializada; [e, ainda assim, uma] série de fatores, decorrentes de nossa formação histórico-social, tem contribuído para que o seu êxito não seja completo⁵¹.

Conclusões

A partir desse quadro se verifica que os protagonistas mesmo tendo fins diversos, aproximavam-se sobre a pretensão de construir uma identidade para a universidade, a partir da FFCL/USP. Ao historiarem o processo que culminaria na criação da universidade, apoiavam-se em suas próprias experiências e nas ações dos grupos que faziam parte. Observavam que a criação de universidades no Brasil tardou, fundamentalmente, em função da sua condição de colônia de Portugal, e da sua localização no mercado internacional ser, naquele momento, secundária. Para justificarem a volta do estado de São Paulo à “soberania nacional”, após os eventos de 1929, 1930 e 1932, de um lado, comparavam a condição deste “Estado”, a vivida pela França, após a guerra franco-prussiana de 1870; de outro, com base no bandeirantismo paulista, o estado de São Paulo deveria olhar para a sua própria história de pioneirismo, diante da “nação”. Essas posições, como

51. Discurso do orador da turma, o Licenciado Renato Jardim Moreira. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, p. 57.

vimos, definiam os grupos, suas disputas políticas e intelectuais, e seus olhares sobre o processo. Observavam ainda que a função da universidade, nos anos de 1930, era caracterizada, principalmente, a partir da Faculdade de Filosofia, que organizaria quadros para o ensino “secundário” e para o superior – ainda que aqui também houvesse uma tensão entre o “autodidatismo” e a profissionalização do trabalho intelectual no país (Bontempi Jr., 2001; Miranda de Sá, 2003; Roiz, 2004).

Desse modo, vimos como durante esse período Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho procuraram rememorar a fundação da instituição, tendo em vista o papel crucial exercido por Armando de Salles Oliveira, quando foi o interventor do estado de São Paulo, e de como as tentativas de se criar uma “memória coletiva” sobre àqueles acontecimentos, esbarravam-se, muitas vezes, as leituras e interpretações de outros protagonistas, tornando cada vez mais complexa a tarefa de se escrever uma história sobre a USP, e, por extensão, sobre a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Portanto, as formas de manutenção daquele “discurso fundador”, a partir da elaboração de uma “memória coletiva”, sobre os acontecimentos que vislumbraram a fundação da USP e de sua FFCL, ocorreram em um período de “transição da sociedade brasileira” (Cano, 1998a, 1998b; Arruda, 2001) e, por isso, as iniciativas receberam diversas interpretações⁵².

Fontes e referências bibliográficas

a) Fontes impressas:

Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937. 3. v. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S. A., 1953.

52. Embora em sua pesquisa Sônia Maria de Freitas não analise os discursos de parainfos e oradores de turma, entre as décadas de 1930 e 1950, para compreender a diversidade de interpretações sobre a fundação da USP, que haviam sido incorporadas por ex-alunos e professores, a sua pesquisa contribui para revelar justamente a forma como ocorria a transmissão e assimilação da “memória coletiva” de um grupo para outro (Freitas, 1992, 1993).

USP, FFCL. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*. São Paulo: Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

_____. *Anuário da FFCL, 1936*. São Paulo: Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

_____. *Anuário da FFCL, 1937-1938*. São Paulo: Empreza Grafica da “Revista dos Tribunaes”, 1939.

_____. *Anuário da FFCL, 1939-1949*. 2. v. São Paulo: Seção Gráfica/Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

_____. *Anuário da FFCL, 1950*. São Paulo: Seção Gráfica/Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952.

_____. *Anuário da FFCL, 1951*. São Paulo: Seção Gráfica/Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

_____. *Anuário da FFCL, 1952*. São Paulo: Seção Gráfica/Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

b) Referências bibliográficas

Livros, artigos e teses

ABREU, A. A. de et. al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001. p. 5.175-5.180.

ABREU, R. *A fabricação do imortal – memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALONSO, Â. *Idéias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

ANTUNHA, H. C. G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: Estudos e Documentos, FEUSP, 1974.

ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e cultura*. São Paulo: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, F. de. *História de minha vida*. São Paulo: Livraria José Olympio Editôra, 1971.

_____. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UNB, 1963.

BALBACHEVSKY, E. *Atos e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BARROS, R. S. M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: FFCL/USP, 1959. (Boletim, 241.)

BITTENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BOUDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BONTEMPI JR., B. *A cadeira de história e filosofia da educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de *O Estado de S. Paulo* (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 12, p. 121-158, 2006.

BUENO, B. A. B. *Associação de pais e mestres na escola pública do estado de São Paulo (1931-1986)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CAMPOS, E. de S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1954.

CAMPOS, F. *Educação e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1940.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998a.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998b.

CARDOSO, I. A. R. *A universidade da comunhão paulista*. O projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.

CARELLI, M. *Culturas cruzadas. Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Trad. Nícia Adan Bonalti. Campinas: Papirus, 1994.

CERDEIRA, C. M. B. *O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo nas décadas de 1930 a 1950*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COELHO, E. C. *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, L. A. R. *A expansão do ensino superior: causas e conseqüências*. SP: Hucitec, 1975.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. *A universidade crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, M. V. da. *Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista (Brasil: 1930-1960)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DA CÁS, D. *História da universidade brasileira: a universidade de fato*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1996.

FALCON, F. C. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: EDUNESP, 2002.

FREITAS, S. M. *Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP, 1934-1954*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 2v. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1976.

GOMES, Â. de C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: _____.; PANDOLF, D. C.; ALBERT, V. (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 384-437.

HAIDAR, M. de L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Ed. Grijalbo/EDUSP, 1972.

HALBAWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LIMONGI, F. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

_____. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. 2 v. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 111-187.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. 2. v. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 217-233.

LUCA, T. R. de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: EDUNESP, 1999.

MALATIAN, T. M. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

MATE, C. H. *Dimensões da educação paulista nos anos 20: inquirindo, reformando e legitimando uma nova escola*. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. *Tempos modernos na escola*. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru: EDUSC; Brasília: INEP, 2002.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998.

MESQUITA FILHO, J. *A crise nacional*. Reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de Obras de *O ESP*, 1925.

_____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2. v. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

_____. *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/ FAPESP, 1995.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA DE SÁ, D. *Idéias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual no Brasil republicano (1895-1935)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 2000.

NADAI, E. O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 3-16, 1983.

_____. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo, 1891-1934*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

_____. *A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo, 1930-1970)*. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

NUNES, M. T. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Sergipe: Ed. UFS, 2001.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990.

PILETTI, N. *A reforma Fernando de Azevedo*. Distrito Federal, 1927-1930. São Paulo: Estudo e documentos publicação da FE/USP, 1982. (v. 20.)

PRADO, M. L. C. *A ideologia liberal de ‘O Estado de São Paulo’ (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

ROCHA, M. B. M. da. *Educação conformada: a política pública de educação (1930-45)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

_____. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. São Paulo: Autores Associados/ Plano, 2004.

ROIZ, D. da S. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

_____. Dos rituais de consagração à escrita de uma história: FFCL/USP, 1930-1950. *Revista Tempos Históricos*, Edunioeste, v. 9, n. 1, p. 277-295, 2006.

_____. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na FFCL/USP entre 1934 e 1956. *Revista Ágora*, UNISC, v. 13, n. 1, p. 65-104, 2007.

SAWAIA, P. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1969*. São Paulo: USP, 1979.

SCHWARTZMAN, S. Universidade, Ciência e Desenvolvimento. *Revista Dados*, São Paulo, n. 19, 1978.

_____. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

_____. (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

_____.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/Ed. UERJ, 1996. p. 231-270.

TANURI, L. M. *A escola normal no estado de São Paulo no período da 1ª República*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1973.

Diogo da Silva ROIZ

TRIGO, M. H. B. *Espaços e tempos vividos*: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Endereço para correspondência:

Diogo da Silva Roiz

Rua José Luiz Sampaio Ferraz, 1.133

Vila Gisele – Amambai-MS

CEP 79990-000

E-mail: diogosr@yahoo.com.br; diogosr@uems.br

Recebido em: 1 mar. 2006

Aprovado em: 6 maio 2008